

# A mensagem do presidente Fernando Henrique

Esta é a íntegra da mensagem enviada ontem ao Congresso, por ocasião da abertura do ano legislativo, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso:

"Senhores membros do Congresso Nacional,

O ano 2000 trouxe a retomada do investimento, da produção e do emprego com um vigor que superou as expectativas mais otimistas em relação à economia brasileira. Essa tendência deve se acentuar em 2001. A maioria dos brasileiros vai sentir a melhora diretamente no nível dos seus salários e na renda de suas famílias.

Começamos a colher os benefícios do ajuste interno que efetuamos em resposta à crise financeira externa. O êxito da reação às dificuldades da conjuntura comprovada algo ainda mais importante: as reformas estruturais que empreendemos ao longo destes seis anos, cujo rumo conseguimos manter no meio da crise, prepararam o País para um ciclo duradouro de desenvolvimento econômico e social.

O momento é de comemorar os bons resultados e encarar os próximos desafios animados pela convicção

que nunca me faltou - de que o Brasil está a caminho de subir de patamar na escala das nações e em relação às aspirações do seu povo.

Não me move outra ambição, no exercício da Presidência da República, que a de ajudar os brasileiros a tomar nas mãos esta oportunidade histórica. Propósito que é compartilhado, tenho certeza, pelos representantes da Nação nesta Casa.

O Brasil fechou o ano 2000 com a inflação em baixa e a produção em alta. A inflação medida pelo IPCA ficou dentro da meta de 6%, contra 9% em 1999. O PIB cresceu 4%, contra 1% em 1999.

A retomada do emprego é a nota mais gratificante nesse quadro. Há uma melhora importante tanto na quantidade como na qualidade da oferta de postos de trabalho. De novembro de 1999 a novembro de 2000, o Cadastro do Geral de Emprego e Desemprego registrou a geração líquida de 893 mil vagas com carteira de trabalho assinada. Somente nas seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, 700 mil vagas foram abertas nos doze meses até novembro de 2000. A taxa média anual de desemprego recuou para 6,5%, bem abaixo da registrada em 1999.

A recuperação do nível de emprego favorece a recomposição do valor dos salários e da massa salarial. Essa tendência já era perceptível no fim do ano passado. Mais seguras no emprego e com perspectivas de aumento da renda familiar, as pessoas voltam a consumir mais, como se viu na época do Natal.

Por seu lado, o volume de investimentos registravam uma expansão de mais de 6% no terceiro trimestre de 2000 em relação ao mesmo período de 1999. A oferta adicional de bens e serviços gerada dessa maneira reforça as perspectivas de continuidade do crescimento da economia sem pressões inflacionárias.

A indústria liderou o crescimento em 2000, com uma expansão acima de 6%. O aumento da área plantada e do consumo de máquinas e fertilizantes antecipa um melhor desempenho da agricultura em 2001, com impacto favorável sobre o PIB e a estabilidade de preços.

A expectativa de um saldo comercial positivo em 2000 foi frustrada pelo encarecimento das importações, principalmente de petróleo, e a estagnação do preço das exportações de commodities. Mesmo assim, as exportações apresentaram expressiva recuperação, iniciada em 1999: aumentaram 15% no total, chegando a 19% nos manufaturados. Tampouco pelo lado da balança comercial aparecem obstáculos intransponíveis ao crescimento equilibrado.

A conjuntura internacional relativamente menos tumultua-

da favoreceu o bom desempenho da economia brasileira em 2000, mas por si só não o explica. De fato, o mundo passou o ano 2000 sem choques das proporções de 1998, mas não sem dificuldades do ponto de vista do Brasil. Dúvidas sobre o ritmo de desaceleração da economia norte-americana, desvalorização do euro, forte alta do petróleo, crises em economias emergentes, tudo isso alimentou a volatilidade dos mercados financeiros e prejudicou - transitoriamente, é verdade - nossas condições de acesso ao crédito externo.

As forças para dar a volta por cima da crise vieram basicamente de dentro do País, não de fora. O porte e a relativa complexidade da economia brasileira limitam sua vulnerabilidade aos impactos externos. O avanço

das reformas estruturais que empreendemos desde 1995 aumentou substancialmente a eficiência do setor privado e do Estado brasileiros. Por último, mas não menos importante, a firmeza com que pusemos em prática o Plano de Estabilização

Fiscal, lançado em outubro de 1998, foi decisiva para reverter as expectativas desfavoráveis em relação ao Brasil.

Não faltou quem sugerisse, no auge da crise, que deveríamos afrouxar as metas fiscais em benefício de uma retomada mais rápida do crescimento, ainda que à custa de mais alguma inflação. O quadro de crescimento com estabilidade que estamos experimentando agora comprova a precipitação daquelas sugestões. Desnuda,

além disso, a superficialidade das críticas ao Plano de Estabilização como uma imposição do Fundo Monetário Internacional - FMI em benefício dos nossos credores externos. Na verdade ele representou uma opção consciente do Brasil em benefício de suas próprias possibilidades de crescimento sustentado.

O rigor do ajuste fiscal ativou o círculo virtuoso pelo qual temos conseguido diminuir as taxas de juros, manter a estabilidade do câmbio, estimular a atividade econômica sem volta da inflação, aumentar a arrecadação, reforçar o equilíbrio das contas públicas, abrir espaço para mais redução dos juros e assim por diante.

A taxa de juros básica recuou de 19% para 15,75% ao longo do ano passado. Os juros para os tomadores finais tiveram uma redução proporcionalmente mais acentuada. O volume de empréstimos para as empresas aumentou 20%; para as pessoas físicas, mais de 100%.

A dívida pública líquida deve fechar o ano com uma leveira redução, após anos seguidos de crescimento. Foi possível melhorar o perfil da dívida mobiliária do governo, com alongamento dos prazos e aumento da participação dos títulos pré-fixados, apesar da volatilidade dos mercados financeiros.

A dívida externa teve uma redução expressiva, de 45,6 para 40,8% do PIB. Já incluído neste resultado está o pagamento da maior parte do empréstimo de ajuda internacional tomado por meio do FMI em 1998. A volta da confiança no Brasil refletiu-se positivamente nas condições de acesso tanto do governo como das empresas nacionais ao crédito externo.

Longe de submeter o País à ganância dos credores, estamos na verdade aliviando o País - isto é, os consumidores, as empresas, o governo - do peso das dívidas e ao mesmo tempo resgatando o crédito, público e privado, como alavanca do desenvolvimento econômico e social.

Seis anos de esforços persistentes de reforma do Estado também começam a mostrar resultados cada vez mais significativos na área social, na forma de ganhos de eficiência e qualidade do gasto público.

Os sistemas de avaliação introduzidos nos últimos anos permitem, pela primeira vez, acompanhar ano a ano o desempenho do sistema educacional em todo o País. Eles mostram, sem

sombra de dúvida, que as mudanças estruturais empreendidas em conjunto pelo Governo Federal, Estados e Municípios e comunidade estão dando frutos nos três níveis de ensino.

O Brasil recebeu o prêmio Unesco 2000 pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental. É o reconhecimento internacional de uma iniciativa que está resgatando o aspecto mais grave da dívida social do País, que é o déficit educacional. Atingimos no ano passado 97% das crianças de sete a quatorze anos na escola, antecipando e superando a meta do Plano Decenal de Educação. No Norte e Nordeste, o Fundef permitiu mais que dobrar o gasto por aluno no ensino fundamental, mostrando que é, além de tudo, um importante meio de combate às desigualdades regionais.

Um grande reforço para a universalização do ensino fundamental vem do Programa de Garantia de Renda Mínima. Desde o seu lançamento em 1999, cerca de 1,3 milhão de famílias carentes receberam incentivo para manter na escola 2,7 milhões de crianças e adolescentes. Em 2001, o universo de atendimentos deve ser expandido.

O êxito do combate à repetência e evasão escolar no ensino fundamental impulsionou a demanda pelo ensino médio. A União lançou um programa de apoio à expansão das redes estaduais de ensino médio, preparando-as para atender a 1 milhão de novos alunos. Com recursos do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (FUST), o Governo Federal está apoiando também a universalização, até 2002, do uso de Internet nas escolas públicas de segundo grau.

O Exame Nacional de Cursos já se estende a dezoito ramos do ensino superior e é, depois de quatro anos, uma iniciativa consagrada pelos próprios estudantes e professores. O Provd, como é conhecido, tem atestado a liderança das universidades federais em termos de qualidade do ensino, sem prejuízo da forte expansão da quantidade de estudantes matriculados e concluintes.

O Congresso Nacional aprovou no ano passado uma mudança institucional de alcance comparável para a saúde ao que o Fundef teve para a educação. A Emenda Constitucional n.º 29 prevê a elevação gradual, até 2004, dos gastos dos Estados e Municípios com a atenção à saúde, dando consequência ao princípio da responsabilidade compartilhada das três esferas de governo nesse setor.

Avançamos, ao mesmo tempo, na descentralização do Sistema Único de Saúde, com a transferência automática e regular dos recursos federais diretamente para Estados e Municípios e ênfase crescente nas ações preventivas e na atenção integral à saúde. O programa Saúde da Família, que é o eixo estruturante do novo modelo de assistência, chegou no ano passado a mais de 10 mil equipes em 3.090 Municípios.

Destaco com especial satisfação o êxito das ações coordenadas pelo Governo Federal em prol da saúde das crianças, que se reflete na queda dos índices de mortalidade e morbidade. A mortalidade de crianças com até um ano de idade, por mil nascidas vivas, decresceu de 47,8 no início da década de 1990 para 34,6 em 1999. As internações por diarreia diminuíram 50% de 1995 para 1999. A relevante contribuição da Pastoral da Criança da Igreja Católica para esse resultado, em parceria com o Governo Federal, motivou a indicação pelo Brasil da doutora Zilda Arns para o Prêmio Nobel da Paz de 2001. Outro fator decisivo para a redução da mortalidade infantil são as ações de vacinação desenvolvidas de maneira descentralizada pelos postos de saúde e nas campanhas nacionais.

O grande desafio do Brasil na área da previdência continua sendo a ampliação da cobertura, que ainda deixa de fora 38 milhões de trabalhadores, ou mais de 40% da população economicamente ativa. Vários aperfeiçoamentos nesse sentido vêm sendo introduzidos no Regime Geral de Previdência Social, a partir da promulgação da Lei n.º 9.876, de 1999. Além de mudanças nas regras de concessão

de benefícios, intensificaram-se em todo o País as iniciativas para divulgar os direitos e deveres previdenciários e facilitar a filiação à previdência de todos os trabalhadores, inclusive os autônomos. Como parte desse esforço, é gratificante registrar o aumento expresso na concessão do salário-maternidade, a partir da ampliação da cobertura a todas as seguradas e do pagamento do benefício pela previdência, em vez da empresa.

A reforma agrária - onde atingimos 460 mil famílias assentadas em seis anos - é outro exemplo, entre vários contidos no corpo desta mensagem, de melhoria da qualidade do gasto social. O aprimoramento técnico em todas as fases do processo, combate às fraudes e desperdícios na desapropriação de terras, valorização das parcerias na consolidação dos assentamentos, tudo isso permitiu ao Incra reduzir em mais de 50% o custo médio por família assentada. Ganhos adicionais de eficiência começam a ser conseguidos a partir da articulação, sob o Ministério do Desenvolvimento Agrário, dos programas voltados para o acesso à terra e apoio à agricultura familiar. Um sinal eloqüente de que estamos no caminho certo nessa área é a diminuição drástica das vítimas da violência em conflitos fundiários no ano passado.

Senhores Congressistas, O ano que começa deve ser de realização das perspectivas favoráveis que fomos capazes de construir para o País no campo econômico. E deve ser marcado por novos e mais importantes avanços também no campo social.

Mais do que crescer simplesmente, temos diante de nós a oportunidade de espraíar o desenvolvimento pelas diferentes camadas sociais e regiões do País.

Do ponto de vista dos segmentos mais avançados da economia e da sociedade, isto importa em enfrentar com lucidez, persistência e ousadia os desafios da competição global. Alguns pontos na vasta agenda da competitividade demandam atenção imediata, para que a balança comercial não venha efetivamente a se tornar um limitador do nosso crescimento.

1) A redução do custo Brasil cobra esforços adicionais em relação à queda das taxas de juros, à remoção de gargalos de infraestrutura e à racionalização da carga tributária. Temos espaço para avançar nos três - juros, infraestrutura e impostos - sem perder de vista que o êxito continuado do Programa de Estabilização Fiscal em 2001 e 2002, longe de ser uma limitação, é o que nos permitirá garantir a ampliar esse espaço.

2) Além de exportar mais, precisamos ampliar a base exportadora do País, em termos de ramos de produção, de densidade do valor agregado e da quantidade e variedade de empresas envolvidas. Nesse esforço, o Governo Federal continuará aperfeiçoando e intensificando o uso dos instrumentos ao seu alcance para propiciar às empresas brasileiras acesso ao crédito, à informação e conhecimento e aos mercados tanto quanto possível em igualdade de condições com os competidores externos.

3) A agregação de informação e conhecimento à atividade econômica merece uma menção à parte. O Brasil construiu, ao longo de meio século, um sistema público de ciência e tecnologia como pouquíssimos países em desenvolvimento podem ostentar. Entre 1995 e 1998, a produção científica brasileira, medida por critérios internacionais consagrados, teve um crescimento só superado pela Coreia do Sul. Os recursos dos fundos setoriais já aprovados e ainda em apreciação pelo Congresso Nacional e uma definição criteriosa das prioridades estratégicas permitirão ao País tirar todo o proveito dessa importantíssima vantagem competitiva.

4) A defesa dos interesses comerciais brasileiros torna-se mais árdua na medida em que o

País assume um perfil menos retraído no contexto internacional. Temos pela frente uma agenda pesadíssima, que vai das relações bilaterais com parceiros estratégicos a uma nova rodada de negociações na Organização Mundial do Comércio, passando pela consolidação do Mercosul e a proposta da Área de Livre Comércio da Américas. Vamos trabalhá-la com tranquilidade mas com firmeza para valorizar ao máximo o peso relativo do Brasil nesse complexo tabuleiro.

Os êxitos que alcançarmos no plano econômico permitirão enfrentar com mais fôlego - inclusive fôlego fiscal - os desafios da inclusão social. Isto já acontece no orçamento da União para 2001, que prevê uma significativa expansão do gasto social contando com um cenário macroeconômico mais favorável e a efetividade das medidas anti-sonegação aprovadas pelo Congresso. Ganharemos assim algum espaço adicional para a agenda da solidariedade, da qual alguns pontos também merecem destaque.

1) O Fundo de Combate à Pobreza está em fase final de apreciação pelo Congresso. Sua criação permitirá destinar recursos adicionais a programas de educação, saúde, previdência e assistência social, saneamento básico, recursos hídricos, turismo, trabalho, energia e agricultura familiar nos Municípios com menor índice de Desenvolvimento Humano. Esta é uma forma de melhorar a focalização do gasto social nos grupos que efetivamente necessitam maior apoio.

2) Um esforço similar deve ser feito em relação aos cinturões de pobreza na periferia das áreas metropolitanas, reconhecendo suas carências específicas em setores como segurança pública, habitação para o exercício dos direitos básicos de cidadania, transporte de massa e reordenamento urbano. O Governo Federal buscará formas de enfrentar mais decisivamente esse imenso desafio, em parceria com os Estados e Municípios.

3) O maior de todos os desafios continua sendo equilibrar a focalização do gasto em favor dos mais carentes e a universalização do acesso básico à educação, atenção à saúde e previdência. Para isso não há fórmula mágica, mas só a busca permanente da eficiência na gestão pública, com austeridade, criatividade, descentralização, controles sociais crescentes e muita abertura à enorme disposição demonstrada pelos brasileiros para o trabalho voluntário em favor da comunidade.

4) Como os recursos, ainda que um pouco menos escassos, serão sempre limitados, a continuidade do financiamento dos programas sociais nos três níveis de governo só pode ser assegurada por uma gestão financeira responsável. A aplicação rigorosa da Lei de Responsabilidade Fiscal é, por isso mesmo, indispensável do compromisso consequente com a inclusão social.

São estes, Senhores Congressistas, os elementos básicos do cenário que eu visualizo para o nosso País no ano que se inicia, e algumas das linhas de ação decorrentes do cenário e dos compromissos programáticos do governo.

A tranquilidade política foi um fator decisivo para a superação das dificuldades econômicas que enfrentamos em 1998 e 1999. Essa tranquilidade deve muito ao equilíbrio que temos sabido manter entre os Poderes que representamos, pautado pela busca do respaldo parlamentar necessário às iniciativas do governo, pelo livre exercício da oposição e pela adesão irrestrita de ambos, governo e oposição, às regras do jogo democrático.

Estou certo de que com o mesmo equilíbrio continuaremos trabalhando, o Presidente da República e o Congresso Nacional, pela realização das perspectivas amplamente favoráveis que hoje se abrem para o nosso País."

FRASES

*As reformas estruturais que empreendemos ao longo destes seis anos, cujo rumo conseguimos manter no meio da crise, prepararam o País para um ciclo duradouro de desenvolvimento econômico*

*Mais seguras no emprego e com perspectivas de aumento da renda familiar, as pessoas voltam a consumir mais, como se viu na época do Natal*

*O volume de investimentos registravam uma expansão de mais de 6% no terceiro trimestre de 2000, em relação ao mesmo período de 1999. A oferta adicional de bens e serviços gerada dessa maneira reforça as perspectivas de continuidade do crescimento da economia sem pressões inflacionárias*

*As exportações apresentaram expressiva recuperação, iniciada em 1999: aumentaram 15% no total, chegando a 19% nos manufaturados*

*O porte e a relativa complexidade da economia brasileira limitam sua vulnerabilidade aos impactos externos. O avanço das reformas aumentou substancialmente a eficiência do setor privado e do Estado*

*Os sistemas de avaliação introduzidos permitem, pela primeira vez, acompanhar ano a ano o desempenho do sistema educacional em todo o País. Eles mostram, sem sombra de dúvida, que as mudanças estruturais empreendidas em conjunto pelo Governo Federal, Estados e municípios e comunidade estão dando frutos nos três níveis de ensino*

*Um grande reforço para a universalização do ensino fundamental vem do Programa de Garantia de Renda Mínima. Desde o seu lançamento em 1999, cerca de 1,3 milhão de famílias carentes receberam incentivo para manter na escola 2,7 milhões de crianças e adolescentes*

*O maior de todos os desafios continua sendo equilibrar a focalização do gasto em favor dos mais carentes e a universalização do acesso básico à educação, atenção à saúde e previdência*

**A MAIORIA DOS BRASILEIROS VAI SENTIR MELHORA NO NÍVEL DE SEUS SALÁRIOS**

**ALÉM DE EXPORTAR MAIS, PRECISAMOS AMPLIAR A BASE EXPORTADORA**